ECONOMIA

Dólar	Euro	Poupança
R$ 2,037	R$ 2,491	0,5128%
Ouro	**Selic**	**Inflação**
R$ 103	8%	0,08%

PISOS SALARIAIS

Aumento acima da inflação

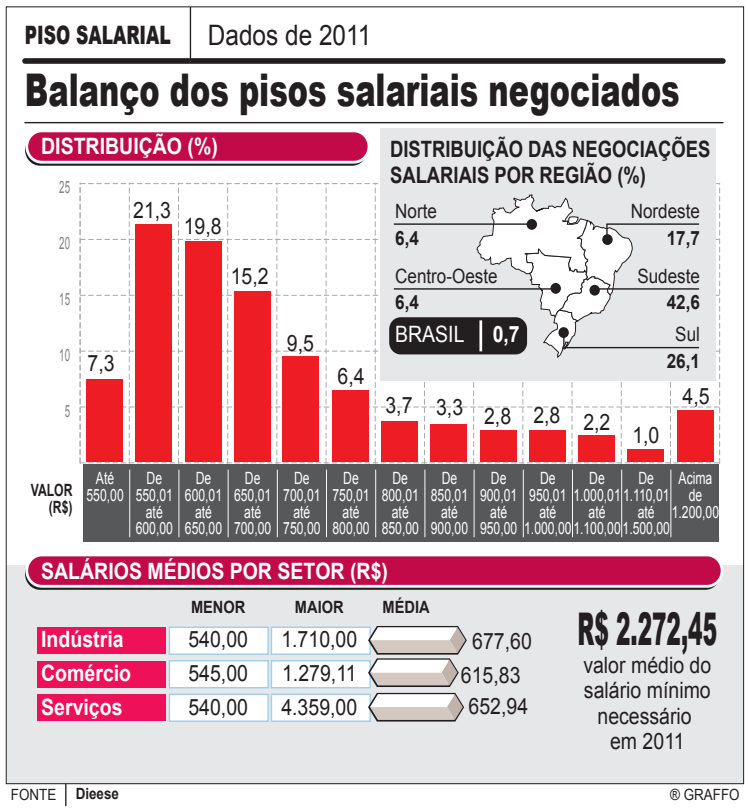
■ 92% das categorias analisadas tiveram reajuste superior ao INPC

Cerca de 92% dos pisos salariais negociados em 2011 tiveram reajuste acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que utilizou na pesquisa amostra de 637 negociações de pisos salariais.

Segundo o levantamento, a maior parte (52%) dos pisos analisados obteve ganhos reais até 3%. O percentual de negociações com ganhos reais superiores a 6% alcançou 13%. Apenas 7% das unidades de negociação consideradas reajustaram os pisos abaixo da variação do índice da inflação e 1% ficou igual. Em 2010, 95% dos pisos tiveram aumentos reais, 1% teve reajuste igual à variação do INPC e 4% ficaram abaixo desse índice.

"Muito dos pisos estão referenciados no salário-mínimo. O resultado da política de valorização do salário-mínimo acaba refletindo positivamente nas negociações dos pisos. Por exemplo, para 2012, não há dúvida que o ganho que o salário-mínimo teve no reajuste de 1º de janeiro, de 14%, se refletirá nas negociações", disse o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre.

Nas negociações em 2011, o setor do comércio apresentou o maior quantidade de pisos com aumentos reais (95% das unidades de negociação analisadas). O setor industrial registrou alta acima da inflação em 94% das negociações. No setor rural e nos serviços, a proporção de negociações com aumentos reais nos pisos é menor: 89% e 87%, respectivamente.



5%

dos salários analisados eram superiores a R$ 1 mil

Os maiores pisos salariais registrados no levantamento em 2011 pertencem a acordos do segmento das comunicações, publicidade e jornalismo; serviços de saúde; processamento de dados, metalurgia e indústria urbana – todos em valor acima de R$ 1,5 mil.

VALOR NOMINAL

Três em cada dez pisos analisados tinham valor nominal de até R$ 600 e quase a metade de até R$ 650. Menos de um quinto dos pisos tinha valor superior a R$ 800. Acima de R$ 1.000 somente 5% dos 671 pisos estudados. Por essa razão, apesar dos aumentos concedidos, os técnicos consideram que os valores dos pisos ainda são baixos.

Em 2010, quando foram analisadas 660 negociações pelo Dieese, 94% dos pisos obtiveram aumentos superiores ao INPC. Naquele ano, os reajustes iguais ao índice representaram 2% e, os inferiores, 4%.

MÍNIMO NECESSÁRIO

Em 2011, segundo o Dieese, o salário-mínimo necessário (SMN) para cumprir a Constituição Federal, variou entre R$ 2.194,18, registrado em fevereiro, e R$ 2.349,26, registrado em novembro. Ao longo do ano, o valor médio foi de R$ 2.272,45. Na média, o SMN foi 4,18 vezes superior ao salário-mínimo oficial.

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS/Dieese), que, desde 2004, analisa os resultados das negociações coletivas de pisos salariais. Esses pisos podem ser fixados em valor único para uma empresa ou categoria profissional.

MICROCRÉDITO

Juros menores para pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência que têm renda mensal até cinco salários-mínimos pagarão juros menores para pegar empréstimos com recursos do microcrédito. Portaria do ministro da Fazenda, Guido Mantega, diminui as taxas da linha de crédito.

Restrita à população com renda até dez salários-mínimos, a linha foi criada em janeiro e concede financiamentos até R$ 30 mil para a compra de bens por pessoas com deficiência. Até agora, os mutuários pagavam 8% ao ano de juros. Agora, a taxa passou para 7% ao ano para os beneficiários com renda até cinco salários-mínimos. Para os mutuários que ganham de cinco a dez salários, a taxa foi mantida em 8%.

De acordo com o coordenador-geral de Políticas Sociais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Arnaldo Barbosa, a equipe econômica apenas adaptou a linha de crédito às mudanças sugeridas pelo Congresso Nacional. Durante a tramitação da medida provisória, os deputados acolheram emenda da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) para reduzir os juros às pessoas com deficiência de menor renda.

Os parlamentares também determinaram que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) seja consultado todos os anos, quando for revisada a lista de bens que podem ser financiados. A portaria com os produtos que podem ser comprados com recursos do microcrédito foi editada em fevereiro pelos ministérios da Fazenda e de Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Entre os bens que podem ser financiados, estão computadores portáteis braille, mouses alternativos, cadeiras de rodas com adequação postural e lupas eletrônicas portáteis. As demais condições da linha não foram mudadas. Os empréstimos permanecem isentos de taxa de abertura de crédito e continuam a ser pagos em até 60 meses.

Atualmente, os bancos são obrigados a destinar 2% dos depósitos à vista para o microcrédito, o que totaliza cerca de R$ 1 bilhão disponíveis.